

A escrita jornalística, as imagens fotográficas e a presentificação de uma cidade progresso

Journalistic writing, photographic images and the presentation of a progress city

La escritura periodística, imágenes fotográficas y la presentación de una ciudad progreso

Márcia Suely O. Nascimento 

Universidade Federal Fluminense; Departamento de História; Programa de Pós-Graduação em História.

Feira de Santana (BA), Brasil.
marciasuely90@gmail.com

CRedit

Contribuição de autoria: Única autora.

Conflitos de interesse: A autora certifica que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não aplicável.

Aprovação de ética: Não aplicável.

Uso de I.A.: A autora certifica que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho.

Editores responsáveis: Daniel Sant'Ana (Editor-Chefe); Maria Fernanda Derntl (Editora Associada); Carolina Pescatori (Editora Associada); Ana Elisabete Medeiros (Editora Associada); Elane R. Peixoto (Editora Associada); Irina A. de Oliveira (Assistente Editorial); Ana Flávia R. Mota (Assistente Editorial).

Resumo

Este artigo propõe uma análise das narrativas jornalísticas e iconográficas da cidade de Feira de Santana da década de 1940, objetivando identificar nestas fontes as representações criadas sobre o processo de transição da cidade rural para a cidade comercial, e buscando entrever a quem foi dado o direito de cidadania, de memória e de integrar essa espacialidade cidadina.

Palavras -chave: Imprensa; Cidade; Discurso; Imagens; Representações.

Abstract

This article proposes an analysis of the journalistic and iconographic narratives of the city of Feira de Santana in the 1940s, aiming to identify in these sources the representations created about the transition process from the rural city to the commercial city, seeking to see who was given the right of citizenship, memory and to integrate this city spatiality.

Keywords: Press; City; Discourse; Images; Representations.

Resumen

Este artículo propone un análisis de las narrativas periodísticas e iconográficas de la ciudad de Feira de Santana en la década de 1940, con el objetivo de identificar en estas fuentes las representaciones creadas sobre el proceso de transición de la ciudad rural a la ciudad comercial, buscando ver a quién se le dio el derecho de ciudadanía, memoria e integrar esta espacialidad de la ciudad.

Palabras claves: Prensa; Ciudad; Discurso; Imágenes; Representaciones.

1 Introdução

A Feira de Santana do século XX, uma cidade interiorana da Bahia, em particular a partir da década de 1940, foi marcada pelo intenso crescimento populacional (motivado, principalmente, pelas imigrações que acresciam a sua população), pela ampliação do seu território e pela contraposição de duas formas de vida: a primeira definida pela presença do homem do campo e da ruralidade; e a segunda caracterizada pelas relações comerciais e ideais de civilização. Ao identificar essa representação baseada na dualidade entre campo (atrasado, inferior, inculto) e cidade (progresso, modernidade, saber), evidenciam-se as tensões sociais presentes na “Princesa do Sertão” e a elaboração de um discurso viabilizador da civilidade e dos novos códigos de conduta social.¹ Organizado pelo poder público, autoridades políticas e grandes comerciantes locais, auxiliado pela imprensa feirense e almejado por uma parcela da população que dependia ou mantinha relações com os setores sociais ligados a atividade comercial, o projeto de reforma urbana e a construção de um novo comportamento social foi posto em prática. Para viabilizar essas transformações cidadinas, fazia-se necessário alterar os símbolos que representavam a cidade, substituir os ares rurais pela dinâmica das atividades mercantis. Segundo Ana Oliveira (2008, p. 43),

O Campo do Gado, que durante anos cumpriu o papel de símbolo maior dos negócios da atividade pecuária, passou a significar incômodo, atraso. A representação rural da cidade de Feira de Santana entrou em declínio quando esta aderiu aos ideais higiênicos e disciplinares que a modernidade pregava e que foram, pouco a pouco, introduzidos através das modificações executadas pelo governo municipal.

Essa reestruturação social da qual Feira de Santana tornou-se alvo era fruto das mudanças exigidas pela civilidade, expressas no repúdio ao passado histórico do país e à sua herança colonial. Segundo Aldo Silva (2000, p. 22), foi na primeira década do século XX que se superestimou o potencial comercial do município com ênfase na sua localização geográfica. Anteriormente, a exploração das facilidades de acesso, advindas do posicionamento estratégico a interligar o Recôncavo ao Sertão baiano; o processo de remodelação da Feira de Santana utilizou-se, a princípio, de um discurso que propagou a ideia de uma terra de clima “especial”, destacando sua especificidade enquanto fator de distinção:

[...] o desenvolvimento de um discurso sobre a natureza especial de Feira de Santana pode ser entendido como um momento ou um aspecto do fenômeno mais amplo de construção de uma identidade social feirense.

Se por alguns anos a cidade era destino daqueles que buscavam recobrar a saúde, através da influência do seu clima peculiar, pouco a pouco, esse imaginário urbano interligado a benefícios corpóreos foi dando espaço para a imagem da cidade comercial em pleno progresso. Para instaurar essa “vocação” mercante, principalmente, por meio de um novo conjunto de imagens urbanas, a elite comercial feirense deu início a um processo disciplinador, através do qual desenvolveram-se práticas e estratégias de disciplinarização de espaços, elementos e ações sociais, de forma a concretizar o ideal de cidade com ares urbanos desenvolvidos. Uma vez que a cidade sertaneja significava a quietude, por vezes interligada à ruralidade e à estagnação, a cidade feirense moderna

¹ Sobre o aumento populacional e o processo de urbanização de Feira de Santana durante os séculos XIX e XX, ver, dentre outros, os estudos de Ana Oliveira (2008), Aldo Silva (2000) e Clóvis Oliveira (2000, 2016).

deveria refletir a prosperidade e o dinamismo. Dessa forma, a atenção dada à feira livre passou a ser deslocada para as atividades comerciais e industriais, numa tentativa de se gerar imagens urbanas que propagassem tanto na economia, como na sociedade, as sociabilidades ideais para a vida avançada. A pretensão de alcançar para Feira de Santana o ideal contemporâneo propagado ao longo do século XX, ou seja, da cidade com ares urbanos desenvolvidos, fez com que a elite comercial feirense desse início a um processo disciplinador, que passou a tentar controlar e adequar o modo de vida dos munícipes, especialmente, das classes populares, moralizando seus comportamentos sociais através da criação de novas formas de lazer, novas edificações urbanas e, sobretudo, novas práticas alicerçadas em padrões culturais estrangeiros. Exigia-se agora do cidadão moderno atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas.

Em Feira de Santana, para tal intuito, foi preciso recriar a espacialidade da urbe. Nas áreas centrais, encontrava-se a exposição do padrão a ser propagado tanto nas moradias, quanto nos hábitos. Nas zonas periféricas, por sua vez, o que deveria ser esquecido, afastado ou silenciado enquanto elemento da urbanidade. Cabe esclarecer que esse processo, ultrapassando as modificações arquitetônicas de ruas e casas, fundamentou-se na propagação de um discurso social elitista, que determinava as memórias e a cultura a serem privilegiadas como representação do município e de seus habitantes, ao mesmo tempo em que externava a exclusão de determinados sujeitos, os “indesejáveis” na ordem pública, como salienta Lima (2014, p. 33),

[...] buscava-se intervir nos hábitos e costumes da população, com destaque para os grupos considerados “perigosos” e reconhecidos como inimigos da ordem e dos bons costumes. Assim as camadas populares – aí abarcam capoeiras, prostitutas, jogadores, bruxos – sofreram medidas políticas, pautadas na normatização e na busca de uma harmonização e coesão do tecido social [...].

A reminiscência desses fatos da história urbana feirense, não seria completa sem intuir alcançar o revés desse modernismo. As ações de demolição das antigas memórias viriam acompanhadas pelo conflito, pela insistência (ou seria resistência) daqueles que sofriam o apartamento e a marginalização. Apesar da reorganização do centro, infiltravam-se nos becos a comercializar alimentos, artesanato e os corpos na prostituição. Ao circular pelas zonas centrais, encontravam mecanismos próprios para habitar, mesmo sobre perseguições. Declinavam das práticas católicas mantendo os cultos religiosos nos candomblés. Eram, segundo Clóvis Oliveira (2016), os nortistas, os mendigos, os botecos, as ruas de má fama e a pobreza a expressar a exclusão da modernidade, mas, também, uma identidade em separado da modelada pela civilidade, marcada pelas tradições populares advindas dos negros e indígenas. Ainda por meio dos estudos realizados, tanto por Clóvis Oliveira quanto por Ana Maria Oliveira, percebemos os rastros e vestígios daquilo que se demonstrou impossível disciplinar. Em suas análises, são o subúrbio, seus sujeitos e as táticas de sobrevivência, que despontam como símbolo do fazer diferente, do experienciar a cidade a seu modo. Retomando as reflexões sobre cidade, segundo Sylvia Costa (2008, p. 21),

[...] esses estudos evidenciam um conjunto de tensões e movimentos com uma potencialidade de confrontos diversos, deixando entrever um universo onde se multiplicam formas específicas de resistência e luta, permanência e transformação, demonstrando a potencialidade do cotidiano como espaço de reações múltiplas aos processos de dominação.

Portanto, o viver a cidade remodelada era lidar com a ordem e a transgressão. O embate entre os novos hábitos e os costumes tradicionais revelava tanto a necessidade de se criar uma nova identidade, voltada para a ideia de uma vocação comercial inata à pujança local da Feira de Santana, bem como aquilo que incomodava. Reservado ao inapropriado, os populares eram, cada vez mais, desapropriados do direito de uso do urbano. O viver na cidade que se metamorfoseava significava, antes de mais nada, possuir direitos cívicos a partir do valor de troca, do prestígio social. As diferenças passam a ser reguladas pelo poder de discriminar daqueles que possuem os bens produtivos. Segundo Simmel (1979, p. 16)

[...] Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto?”. O dinheiro com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade [...].

Ainda recorrendo às reflexões de Georg Simmel, existem forças sociais que atuam de tal forma na ordenação da vida moderna que impedem, por vezes, o exercício da individualidade e autonomia de cada indivíduo. No contraste profundo entre a cidade progressista, sinônimo de racionalização das reações humanas; e a cidade interiorana e rural, movida pelo coração e sentimento, despontam as interações psíquicas que direcionam os comportamentos humanos a se desenraizar, num movimento de preservação da vida subjetiva. Logo, a racionalidade do espaço urbano feirense manifestava as individualidades, o personalismo e os embates sociais. Entre o apropriado e o irregular, apresentaram-se os conflitos, ocasionados pelo processo de apropriação do espaço por meio dos sujeitos sociais, tal como, pela ação municipal enquanto mantenedora da “ordem” urbana, foram traduzidos pela negação, violência e reapropriação. São, conforme Lima (2014) os espaços de negação, tais como os becos, algumas ruas marcadas pelas práticas dos jogos e prostituição; e a periferia em si, que espelham a inversão da ordem imposta pelo poder municipal.

Ao tencionar uma abordagem historiográfica da cidade a partir da década de 1940, estabelecemos um caminho nosso pelas narrativas dessa forma urbana, denominada Feira de Santana. Para ir além das referências da feira livre, do gado e do comerciar, recorremos a uma compreensão desse espaço enquanto objeto sensível, cultural, múltiplo, de forma a apreender a vida urbana inserida nessa dinâmica, os medos, os silêncios e os indícios daqueles que se encontravam, fora da ordem almejada por determinados grupos sociais. Para tal intuito, lançamos olhares sobre as fontes jornalísticas e iconográficas de forma a identificar o discurso urbano por ora propagado e demonstrar como ele enquanto elemento isolado era forjado enquanto expressão de um conjunto, ou de uma idealização social.

2 A cidade “paraíso com nome de Feira”²

Na cidade de Feira de Santana, ao longo da década de 1940, o processo de urbanização e a conseqüente chegada do progresso, atingia valores tradicionais aos grupos sociais que tinham nas representações de um cotidiano sertanejo e ruralizado, o seu reduto. A

² Esta denominação de “paraíso com nome de Feira” foi dada no Hino de Feira de Santana, composto por Geogina Erisman em 1928.

rejeição aos elementos que, ao se fazerem presentes na ordem social, induzissem ao regionalismo, a vida interiorana, ocasionou a não identificação, o faltar de elos que fossem capazes de agregar esses sujeitos a nova paisagem. Uma nova identidade cultural, econômica e política matizava os horizontes citadinos, necessitando de referências e signos nupérrimos. Na mediatização da relação entre o homem e o seu próprio mundo, serão os jornais, os veículos propagadores de uma prática discursiva organizadora de significados para os acontecimentos sociais peculiares, a uma nova forma de exploração econômica do espaço urbano.

A composição de miragens sobre a cidade, que emergia a partir da urbe concreta, cotidiana, nos fez reconhecermos ser as memórias, filtros particularizados das imagens criadas sobre a espacialidade citadina e seus sujeitos. Para além dos simbolismos, que vão sendo apropriados e inseridos na organização social, divisamos os “produtores” da cidade progressista. Políticos, comerciantes, médicos, advogados e intelectuais (professores, poetas, colunistas, escritores, dentre outros) tornam-se os agentes propagadores do avanço e desenvolvimento que envolvem a sociedade feirense e suas práticas. Retomando o trabalho desenvolvido por Aldo Silva (2000) sobre Feira de Santana, a transição do século XIX para o século XX caracterizou-se pela valorização da percepção científica do mundo, e a consequente viabilização do domínio da natureza pelo homem. O progresso seria o reflexo da civilização construída por meio de projeções citadinas idealizadas, propagadas por discursos que priorizavam a modernidade como solução para os dilemas que perpassavam as questões urbanas. Parafraseando Walter Benjamin (2018), se a cidade é a expressão da modernidade, e se há uma correspondência entre o tempo e a história, a Feira de Santana progressista, ou pelo menos, o que se idealizava alcançar como urbe moderna, foi sendo modelada em conformidade com o projeto nacional de progresso e nação civilizada.

Para alguns pesquisadores, poder-se-ia afirmar ter ocorrido duas fases de modernização no município feirense ao longo do século XX. A primeira etapa englobando o final do século XIX até a década de 1930, marcada pelo confronto entre o passado de vaqueiros e suas tradições, e o futuro, que no seu bojo trazia não apenas o progresso material, mas o rompimento de hábitos e costumes arraigados, como a construção de estradas e do Paço Municipal e, contraditoriamente, a conservação de outros elementos interligados à ruralização, a julgar pela importância econômica ainda nesse período, da feira livre e do Campo do Gado; e um outro momento, o qual engloba nosso período de análise sobre a cidade, fixado entre as décadas de 1930 até 1960, sendo uma fase de grandes alterações no município, desde a necessidade de ampliação dos meios de comunicação, em virtude do advento da Segunda Guerra Mundial, algo expresso pela criação da primeira estação de rádio de Feira de Santana, a Rádio Sociedade de Feira de Santana³, e a consolidação da rodovia Rio-Bahia, bem como, pelo aumento populacional ao longo da década de 1950 (Oliveira, 2008), que revelava a necessidade de novas condutas, de serviços sociais mais adequados ao momento, e de delimitações dos espaços urbanos. Ainda sobre essas fases de modernização, resgatamos o estudo de Magno Cruz (2016, p. 42), que afirma:

Reconhecemos a existência de pelo menos, para fins analíticos, duas fases de modernização: a primeira compreende dos finais do século XIX até meados da década de 1930, marcada pelas primeiras intenções de civilidade e progresso,

³O autor do empreendimento ainda inovador, para a época, em uma cidade de pequeno porte, cuja população urbana era de pouco mais de 30.000 habitantes foi o ex-cabeleireiro e proprietário de gráfica Pedro Mattos. Para maiores informações, ver Ferreira (2004, p. 71).

como também pelos investimentos infra-estruturais; segunda, entre as décadas de 1930 e 1960, fase de grandes reformas na imagem da cidade, tais como alargamento e higienização das ruas, investimento em iluminação pública e na construção de prédios, propiciando com isso, aumento nas taxas de urbanização.

Complementando essa linha de análise, salientamos a existência de outras etapas de remodelação cidadina, entre as décadas de 1970 e 2000, que não serão abordadas no momento, em vista de não extrapolarmos o intuito e delimitação temporal da pesquisa em questão. A procura pelas feições materiais desse momento da urbanização feirense, balizada pelas concepções benjaminianas e o íntimo desejo de constituirmos uma escrita de natureza visual e espacial, numa pretensão de revelar o que em determinado momento, era escondido, camuflado por forças sociais que produziram narrativas próprias das cenas urbanas, nos orientou a perscrutar as narrativas jornalísticas e as imagens fotográficas, compreendidas por nós enquanto mecanismos, presentes no processo de reformas da Feira de Santana da década de 1940, passíveis de apreciações e reflexões.

A princípio, compreendemos os periódicos como um meio de difusão de ideias, crenças e valores de uma determinada época, que ao fazer uso da palavra escrita, explicita os discursos pertencentes a grupos específicos da sociedade, comumente ligados a política e aos setores econômicos, o que não invalida seu uso enquanto fonte de pesquisa, na medida em que propomos analisar e problematizar as narrativas constituídas pelo periódico, sobre determinados fatos sociais ocorridos na Feira de Santana da década de 1940, não de maneira isolada, mas sim, em paralelo as reflexões já mencionadas nos tópicos anteriores. Segundo Tania Regina de Luca (2005, p. 140-141),

[...] de fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. [...] importante, portanto, se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas.

Esclarecida a forma como concebemos os periódicos, tomamos como objeto de investigação o *Jornal Folha do Norte*, sendo revisitadas as publicações de 1943, 1944 e 1945. Ao partimos do entendimento do impresso como instrumento de manipulação de interesses, que interfere na vida social, faz-se necessário identificar algumas características dessa publicação feirense. Inicialmente, a opção pelo jornal em particular orientou-se pelos seguintes pressupostos: constituiu-se enquanto o mais antigo em circulação, sendo o primeiro número editado em setembro de 1909 (além de manter, ao longo dos anos, uma constância em suas publicações); os literatos que tomamos como fonte de pesquisa – Fernando Ramos e Juarez Bahia – mantiveram, em algum momento, ligações com o periódico, como colunista ou funcionário; e por ter sido a expressão escrita e imagética da linha político ideológica da oligarquia dominante em Feira de Santana no período pesquisado.

De acordo com Magno Cruz (2016, p. 44),

[...] O *Jornal Folha do Norte* é o mais antigo jornal na cidade de Feira de Santana. O primeiro número surgiu em 17 de setembro de 1909, fundado por

Tito Ruy Bacelar e Arnold Ferreira da Silva, como redator até 1910 e, passou a contar com diversos colaboradores entre eles membros da elite feirense (médicos, juristas, advogados, engenheiros) começando a circular semanalmente e, como outros jornais, foi criado para servir de escudo político

Ao definir a funcionalidade do semanário, enquanto um “escudo político”, Cruz nos possibilita inferir que mais que um meio de comunicação, tornou-se um mecanismo de manipulação de poder, principalmente, por trazer em sua direção e propriedade homens que ocuparam cargos políticos de importância em Feira de Santana⁴. Em sua estruturação, atentamos para sua edição semanal, organizada, inicialmente, em quatro folhas, para logo em seguida, a partir de 1945, se ampliar para seis folhas. Segundo Tatiane Souza (2017, p. 47),

Os textos de responsabilidade do periódico eram compostos em corpo 10 sobre entrelinha 11, sendo que os elementos gráficos eram dispostos por todos os espaços. O papel empregado na imprensa brasileira desse período é em grande parte de origem estrangeira, pois a fabricação nacional não atendia às necessidades das empresas de impressos. [...] a impressão da Folha do Norte ocorria em oficinas próprias, a princípio pelo sistema tipográfico com a utilização de tipos para a composição, clichê e xilografuras.

Dentre suas publicações de constância, destacamos as notas de falecimento, congratulações, agradecimentos, convites, editais, notas, avisos e informes os mais diversos (casamentos, celebrações de missas, inaugurações, lazer vinculados às igrejas e filarmônicas, ações dos sindicatos, dentre outros), as notícias policiais, a sessão de personalidades ilustres da cidade, a oferta de serviços diversos e reportagens que abordavam questões nacionais e internacionais. Essa diversidade de informações realça a presença de uma lógica comercial que ordenava a produção do jornal, tendo em vista que o público leitor era restrito às elites e aos poucos alfabetizados existentes na urbe. Ao ressaltar essa particularidade em relação aos leitores do semanário, não a concebemos enquanto uma restrição a divulgação das ideias do noticiário, ao contrário, estas eram disseminadas pela oralidade, nos encontros e conversas informais pelos espaços da cidade. Algo já exposto pelo pensamento de Roger Chartier (1955, p. 3-11), quando afirma que “[...] a escrita está presente mesmo na cultura analfabeta, em rituais festivos, nos espaços públicos, nos locais de trabalho [...]”. Dito isto, passemos a perscrutar como as experiências da urbanização feirense foram difundidas pelas linhas jornalísticas.

A cidade, (re)construída a partir do intento civilizador, deveria corresponder a padrões de salubridade e modernização, com formas urbanas estritamente planejadas. Fez-se necessário fomentar uma conformação cidadina ao progressismo, tanto quanto difundir as ideias e os “ares” dos novos tempos. Para elucidar a tessitura desse processo de ordenação do espaço e propagação de uma imagem da Feira de Santana, bela e próspera, vejamos o artigo *Indicações sobre a Feira* (Folha do Norte, 1943, p. 1), de Borges dos Reis, um visitante, publicado em 20 de dezembro de 1943, na coluna *Vida Feirense*.

A bela e formosa cidade da Feira de Sant’Anna é, inegavelmente, a sede de Estado da Bahia, já pela benignidade de seu clima, já pelo comércio de fumo, já pela hospitalidade e generosidade peculiares aos seus habitantes. *As feiras*, as maiores que se conhecem no Estado, têm lugar às segundas-feiras,

⁴Em relação aos dirigentes iniciais do jornal, ambos ocuparam cargo de intendente de Feira de Santana, ao longo do século XX. Tito Ruy Bacelar ocupou o cargo de 1904 a 1906 e Arnold Ferreira da Silva, de 1924 a 1927. Para mais informações, ver Pinto (2011).

notando-se abundância de gêneros alimentícios e um extraordinário comércio de gado vacum [...]. Sua população, calculada em 18.000 almas, é ordeira e pacífica, salientando-se pelos seus sentimentos religiosos.

A cidade, muito salubre, próxima ao rio Jacuípe, é iluminada a querosene, dista da cidade de São Gonçalo 4 léguas e de Cachoeira 8, havendo trem diariamente deste para aquele lugar.

Descortina-se, pelo olhar de Borges Reis, símbolos tradicionais do município, tais quais a força de sua economia agrária, com o gado, o fumo e a feira, a singularidade de seu clima vinculado aos benefícios a saúde, a permanência de uma população ainda diminuta no perímetro urbano, a influência da religião em sua população e cotidiano. Para mais, ao detalhar as distâncias entre Feira de Santana e municípios vizinhos, há ênfase em elementos próprios do desenvolvimento urbano: a iluminação a “querosene” e o transporte ferroviário. Apesar de a “bela cidade” ainda manter traços característicos alicerçados em bases econômicas agrárias, apreende-se do artigo uma perspectiva de um futuro promissor, para aquela que é a “sede do Estado da Bahia”. Ainda, tecendo reflexões sobre a imagem cidadina perpetuada pelo *Jornal Folha do Norte*, resgatamos outro artigo, também feito por outro visitante, ou conforme exposto no próprio semanário na primeira página, *impressões reais observadas* por L. Guedes, em 21 de julho de 1945, intitulado de *O trabalho*.

A vida é trabalho; trabalho é vida; melhor vida a do ser que trabalha. Eis aí o progresso desta terra a Feira de Santana.

O trabalho é constante em todos os ramos da atividade; o comércio em giro e ação trabalhosa, nada a desejar aos grandes centros comerciais, ela avança em linha de frente e na certeza de chegar ao vencedor, e nesse avanço leva aos olhos do visitante, a alegria e quase pasmo do que vê e senti, e tudo isso, todas estas verdades com os seus esforços, os seus próprios recursos para bem mais encher de satisfação aos seus habitantes e aos seus visitantes. Ao entrar nessa futurosíssima Cidade, senti a alegria que bem não esperava! Embora consciente do reclame que, sem favor, todos fazem; logo que se fala ou lembra a Feira de Santana.

Feira oh! Feira o que mostrarás aos visitantes em futuro bem próximo? < Muito se dará a quem muito pedir > Assim disse O Mestre, e tú oh! Terra, tú pedes o esforço e bôa vontade dos teus abnegados filhos, e eles responderão com o patriotismo que é estandarte em todos os corações dos Feirenses, e o teu pedido será a pedra de toque para a continuação do progresso crescente da terra de Feira de Santana.

[...] Todos os filhos desta futurosíssima terra, unidos ao seu digno e esforçado governador local, certo que em breve fará da Feira de Santana, modelo para as suas irmãs, as que cochilam. Avante, pois, Feirenses, certo de, em futuro muito próximo, apontar esta Cidade como padrão para de maior progresso no interior do grande Estado - Bahia.

Previamente, nossa atenção voltou-se para o título do artigo, *O trabalho*. Não qualquer labor, mas aquele interligado às atividades comerciais. Refuta-se a tradicional atividade agrária, pois agora é a comercialização que impulsiona e edifica o progresso, assim como, o ser que não trabalha o indolente, torna-se o que ficará a margem desse futurismo citadino. Segundo Guedes, como modelo de modernização do interior baiano, cabia aos feirenses se unirem ao governador como demonstração de um patriotismo em prol do crescimento da urbe, o que nos permite entrever uma ponta das divergências políticas

existentes no município. A Feira de Santana desse período estava, segundo Raimundo Pinto (2011, p. 78), sob o controle político de prefeitos indicados por Getúlio Vargas. Entre 1943 e 1945, a cidade ficou sob a governança de, respectivamente, José Berbert Tavares e Eduardo Fróes da Mota. Ambos os prefeitos eram opositores do dirigente do *Jornal Folha do Norte*, no caso, Arnold Ferreira da Silva, que por sua vez, era contra Getúlio Vargas. Portanto, ao direcionar o apoio da população ao governador Juracy Magalhães, o jornal guiava, em seu papel de porta-voz de uma parcela influente da sociedade, direcionando por meio de um simples artigo os posicionamentos dos cidadãos em relação aos discursos políticos do período. Ao orientar o comportamento e atitude dos feirenses, tornou-se um dispositivo de convencimento para a ordem política e social desejada.

Outrossim, fazendo um comparativo entre os dois artigos, salientamos a criação de novas percepções da cidade por meio do periódico. Ao deslocar, em suas narrativas, a imagem rural de outrora para uma imagem comercial, os visitantes e observadores de Feira de Santana atuaram, através das representações criadas em torno da questão urbana, em prol da consolidação de uma nova identidade, assinalada pela modernidade. Imperativo, por conseguinte, apresentar a cidade a partir de sua identidade comercial e futurista. Logo, desenvolveu-se como questões recorrentes no periódico os melhoramentos urbanos. Na construção da nova cidade, criaram-se imprescindíveis inovações nas experiências visuais, como também uma “adequação” da ordenação urbana antiga, a partir da estruturação de novos remodelamentos, discursos, condutas e imagens sociais. Ser admirável e bem vista, por viajantes ou pelos próprios habitantes, significava possuir lugares aprazíveis, de linhas modernas que externassem o empreendedorismo dos novos tempos. A partir das publicações do jornal, tornou-se sobressalente neste processo de consolidação dos “embelezamentos” citadinos a união dos fatores econômicos com os políticos. Para atender às necessidades da elite local na construção de uma nova estética para as ruas ou construção de praças, entraram em cena as realizações urbanas advindas da atuação do poder municipal, como apontado no decreto-lei de 31 de outubro de 1944 (p. 3), a seguir:

Decreto lei n.107 de 31 de outubro de 1944. Institui prêmios.

O Prefeito Municipal de Feira de Santana, usando das suas atribuições que lhe confere o art. 12, n.1, do decreto-lei federal n. 1202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art.1º - Ao que construir casa residencial a praça D. Pedro II (antigo Campo do Gado) e adjacências, cujos terrenos foram lotados e aforados por esta Prefeitura para o fim de criação de um novo bairro residencial, serão concedidos os seguintes prêmios: um de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), para ‘melhor residência’; um de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), para a que for concluída em primeiro lugar.

Art.2º - Considerar-se a melhor residência a que, sobre obedecer aos requisitos de segurança, higiene e conforto, destacar-se das demais pela arquitetura.

Competirá a uma comissão, da qual farão parte o engenheiro da Prefeitura e o médico do Posto de Saúde desta cidade, sob a presidência do Prefeito, o julgamento da melhor residência.

Dr. Eduardo Fróes da Mota (Prefeito Municipal).

O decreto, ao relatar as condições exigidas para a edificação das casas do novo bairro,

demonstrava o desejo de crescimento do perímetro urbano, os incentivos utilizados de forma a concretizar essa propagação, como as premiações e, especialmente, a racionalização empregada na gestão da cidade. O destaque e importância da validação da obra, a partir da presença de profissionais, tais como o engenheiro e o médico, eram indícios de um planejamento da urbe segundo os padrões de salubridade, estética e desodorização que delimitavam a pertença ao mundo contemporâneo. Para mais, exibia a desruralização do espaço urbano e de antigos símbolos. Apreende-se ainda do decreto-lei que o movimento de se deslocar o Campo do Gado das áreas centrais da cidade, seguido da substituição territorial do espaço de comercialização de gado para uma praça, ou seja, um espaço airoso e de lazer, de nomenclatura que remetia aos nomes de personalidades políticas nacionais, neste caso Dom Pedro II, externava o processo de transformação e alteração de uma memória do espaço citadino e o dos símbolos que caracterizavam a ordem social e cultural antiga. Apagaram-se as recordações baseadas no cotidiano sertanejo, e em seu lugar forjaram a modernidade. Esse processo civilizador, ressaltado em estudos como o de Clóvis Oliveira (2016) e Ana Maria Oliveira (2008), que abordam essa disputa entre o progresso e o antigo (ou seja, o rural), externou a persistência dos órgãos públicos e dos políticos locais em se engendrar a imagem da urbe comercial. Ao ser, notadamente, contemplado nos artigos difundidos pelo jornal em diversas situações, o processo reformador da Feira de Santana da década de 1940 realçava as inaugurações, o cuidado com o que deveria ser visualizado no espaço urbano e, principalmente, o investimento nos discursos que legitimavam toda essa ação de civilidade, como nos relatos a seguir, sobre a Praça Froes da Motta,

Praça Froes da Motta -As primeiras realizações do novo governo municipal.

O dia da República será assinalado, este ano, entre nós pela inauguração dos melhoramentos introduzidos pelo governo municipal na praça Froes da Motta, que, remodelada e modernizada, é hoje um dos mais lindos recantos da cidade [...]

E, na mesma edição:

A Praça Froes da Motta é, hoje, um dos mais belos recantos da cidade.

A Praça Froes da Motta é, hoje, sem dúvida nenhuma, um dos mais belos e aprazíveis recantos da cidade. Remodelada, agora, em linhas modernas, com farta e excelente iluminação, aquele local representa mais um passo para o crescente desenvolvimento de Feira de Santana. E a primeira realização das muitas que já foram iniciadas pela gestão Eduardo Motta, que, vem se empenhando, tão decididamente, na prática dum vasto programa de urbanização da nossa terra. O dr. Eduardo Motta, esse espírito empreendedor, tão bem identificado com os altos sentimentos de sua gente trabalhadora e boa, é de quem melhor a Petrópolis Baiana pode esperar benefícios e empreendimentos que a elevam tanto e de certo a conduzirão a um futuro digno do Brasil de amanhã [...]⁵

O jornal expressava, através de suas publicações, as novas percepções da cidade. A “Petrópolis Baiana”, que se modelava a partir da negação das estruturas tradicionais, valorizava os ícones representativos da vida moderna, a sociedade próspera e o desenvolvimento de outras formas de convívio. A comunidade feirense imaginada era a que se adequava aos modos de agir, pensar e sentir dos novos tempos. Primordiais, por

⁵ Ambos os artigos estão localizados na mesma edição, na primeira folha sem a citação de seus autores. Para mais, ver *Folha do Norte*, 18 de novembro de 1944, p. 1.

consequente, os incentivos ao desenvolvimento material, intelectual e a instrução. Notamos o quanto eram valorizados pelo jornal as ações educacionais, o combate ao analfabetismo e as atividades que envolvessem hábitos culturais condizentes com os padrões a serem seguidos pela população. O despontar de um “novo mundo” era pronunciado aos leitores por meio dos anúncios, que além de garantir as condições econômicas para a viabilização da circulação do jornal, divulgava ao incentivar o consumo de novos produtos como o aparelho de barbear, a urbanidade e as práticas sociais a serem assimiladas pela sociedade moderna.

Há uma maior preocupação com a aparência, que avançando para mais do que a forma pela qual o sujeito se expressa em seu cotidiano social, repontava para um símbolo de poder, e o despontar de uma identidade elegante e refinada, manifesta conforme Sevchenko (2001, p. 64) “[...] pela maneira como se vestem, pelos objetos simbólicos que exibem, pelo modo e pelo tom com quem falam, pelo seu jeito de comportar [...]”. Ao que tudo indica, o estímulo, por meio desses anúncios, a comportamentos mais adequados ao bem viver social, intentava materializar a diferenciação entre os indivíduos, de maneira a dar visibilidade aos aspectos que os distinguiam como grupos sociais, como civilizados e anticivilizados.⁶

Para a criação dessa inovadora realidade social, o *hebdomadário* valia-se da divulgação dos festivais de arte, os esportes, com destaque para as lutas de box e o futebol, as audições e concertos musicais com musicistas da capital e as projeções cinematográficas, que eram anunciados com constância no impresso, bem como, das propagandas de ondulações permanentes (padrão de penteado para o cabelo feminino do período), das modas de vestuário e beleza femininas com referências aos hábitos propagados na capital, além dos preceitos de higiene e saúde. Muitas são as notas vinculadas ao saber médico, sempre assinada como SNES (Folha do Norte, 1945, p. 2), a direcionar as pessoas a como proceder para evitar doenças, com ênfase no combate as gripes, como manter uma boa alimentação, o cuidado e educação adequada aos filhos, dentre outros aspectos da vida privada, que especialmente, passam a ser mediadas pela disciplinarização.

Educação adequada aos filhos

Muitos dos maus hábitos adquiridos na infância repercutem durante a vida toda, tornando o indivíduo um infeliz e um desajustado, isto é, um ser fora das normas habituais da sociedade. A medicina já fixou regras especiais para evitar esse desajustamento e os seus maus efeitos. Essas regras constituem um dos objetivos da higiene mental. (SNES)

Examinando as informações contidas na nota jornalística acima, salienta-se a preocupação com os futuros cidadãos e com os fatores que poderão ocasionar um desequilíbrio de caráter. Era preciso se conter os desvios, a formação de novos desocupados, marginais, o que manifestava a interferência dessas ideias e modelações do ser civilizado, na vida privada dos indivíduos. A família, a escola e a religião integravam a urbanidade idealizada, e passaram a ser conclamadas para a efetivação dos novos padrões sociais. Retomando a questão da educação, constatamos a interligação do combate ao analfabetismo na cidade a outras atividades, como ao futebol, que passou a

⁶O incentivo ao surgimento de uma identidade social, em conformidade com o progresso, é por nós retomado a partir do conceito de capital-aparência desenvolvido por Michèle Pagès-Delon, que a compreende enquanto um signo de status e posição que delimita as posições sociais de grupos, classes ou comunidades (Pagès-Delon *apud* Sant’Anna, 2005, p. 110).

ser alvo de restrições por conta da ausência de instrução de seus jogadores, conforme o artigo publicado no *Folha do Norte* de janeiro de 1945 (p. 3).

Combate ao analfabetismo

O futebol nesta cidade alcançou real progresso. Os clubes [...] têm obtido invejáveis vitórias. Pensamos, entretanto, que uma das mais importantes vitórias será para o clube, que, em primeiro lugar fundar uma escola primária para alguns dos seus elementos carentes de alfabetização. A publicação do *A Tarde*, em sua edição do dia 2 do corrente, (Futebolistas analfabetos não poderão preliar) Rio, 28 (Por via aérea). A exigência do certificado do curso primário para os jogadores profissionais entrará em vigor a partir de janeiro, segundo o matutino especializado *Jornal de Esportes* alarmando o futebol profissional. [...] Como se vê muito crack vai se ver mal... Entretanto há uma solução: que os clubes fundem escolas de alfabetização e inscrevam, como alunos fundadores os seus players.

Educar, reeducar, civilizar eram verbos essenciais ao jornal, tanto quanto o conduzir e ordenar os espaços, as posturas e os elementos integrantes dessa ordem social urbanizada. Nas narrativas jornalísticas sobre a construção do novel cotidiano, e aqui rememoramos a importância dos indícios sinalizados por Ginzburg (2007), a atenção aos detalhes nos permitiu apreender essa realidade por outra forma. O investimento em inovações como a iluminação pública, as remodelações das ruas, a orientação para a construção de prédios como resolução para o problema de habitação⁷ e o condicionamento dos costumes urbanos, manifestavam as demandas cidadinas e a vigilância exercida sobre o espaço feirense. No processo de urbanização e seus reordenamentos, houve limitações para o uso dos territórios, bem como, o controle sobre o fluxo dos indivíduos e mercadorias. Alvo desse procedimento, alguns sujeitos tornam-se os indesejáveis, aqueles que devem ser invisibilizados, e recorrentes nos artigos, decretos e páginas policiais (*Folha do Norte*, 1944).

Delegacia de Polícia de Feira de Santana

Edital

De ordem do sr. cel. Americo de Almeida Pedra, Delegado de Polícia deste município, faço saber aos carroceiros, aguadeiros, engraxates, carregadores, baleiros e doceiros, que ficam convidados, a comparecerem nesta Delegacia de Polícia, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta data, a fim de serem fichados de acordo com a ordem em vigor, devendo apresentarem 2 (duas) fotografias de 3x4. (Armando Madureira – Escrivão).

São os prestadores de serviços, vendedores, prostitutas, menores de rua, mendigos, populares, que passam a serem associados ao incivilizado, inculto. No processo civilizatório, a coerção materializou-se através das proibições e da ordem (*Folha do Norte*, 1945, p. 3)

Delegacia de Polícia – Edital

Esta Delegacia de Polícia, tomando em consideração diversas queixas por pessoas do povo e até por famílias, que têm necessidade de atravessar durante o dia e mesmo nas primeiras horas da noite, às ruas Sales Barbosa, Travessa

⁷ O problema de habitação em Feira de Santana foi objeto do artigo intitulado “Sábria Providencia”, de 17 de fevereiro de 1945 do *Folha do Norte*, no qual se noticiava à população as medidas tomadas pelo prefeito municipal, por meio de um projeto de lei que premiava a iniciativa de particular ou associação que construísse no perímetro urbano dez prédios residenciais.

do beco do França, Beco do Ribeiro e outras aonde residem meretrizes, vem proibir terminantemente o transito destas mulheres na horas referidas, só podendo transitarem depois das 22 horas, entretanto, as que fazem refeições fora das suas casas ou tenham de sair para fazerem compras no comercio, podem fazer o transito, isto com bastante decência.

Esta Delegacia de Polícia está no firme propósito de moralizar de vez, pois que já vem fazendo por ordens verbais.

Cel. Americo de Almeida Pedra – Delegado de Polícia.

Na espacialidade da Feira de Santana da década de 1940, causa apreensão à elite local o crescimento dos ditos “capitães de areia e mendigos ambulantes” (Folha do Norte, 1945, p. 3) “Perturbadores” da ordem pública, sem educação, sem controle, distantes dos preceitos morais e pobres, representavam mais do que populares desocupados. A análise das notas e artigos, por muitas vezes redigidos por Vicente dos Reis, advogado feirense conhecido como “o defensor dos pobres”, conclamando os “cidadãos de bem” a auxiliar no projeto de construção de um albergue para mendigos e menores abandonados, revelava o incomodo que ocasionavam a vista das classes abastadas, pois “os nossos olhos já estão cansados de ver, aquela criança envolta em molambos e cheia de doenças”, o medo da proliferação desses sujeitos urbanos e a ineficácia das medidas de contenção. Os apelos e exortações variavam desde a alusão ao patriotismo e amor à cidade e a nação brasileira, até aos preceitos da fé e caridade cristã. Ademais, os discursos elaborados pelo jornal intuíram dizer algo sobre a cidade e seus habitantes, assim como sobre o próprio impresso. Havia um lugar social ocupado pelo periódico feirense que era demarcado pelo seu exercício de doutrinar e intervir na sociedade que se metamorfoseava. Tendenciosamente, através da ênfase em determinadas temáticas, apontavam suas interpretações do cotidiano, aprovando, realçando ou desaprovando e condenando, práticas sociais vinculadas a tradições outras, que não fossem articuladas à cultura e estética da modernidade, como a celebração dos festejos de Cosme e Damião, descritos pelo jornal, num artigo de 30 de setembro de 1944, p. 1.

Tradicionalis festejos afro-brasileiros -Sambando sob o cetro de S. Cosme e S. Damião. Os ‘Carurus’ – ‘dois, dois... ele qué vadiá’

A noite de 27, com sua lua bonita, surpreendeu a cidade boa, com festinhas rebeldes, espalhadas por todos os cantos...

Os subúrbios da ‘Princesa’ estavam vibrando nessa quentura contagiante, que nasce sempre de batuques excepcionais... desses batuques tipicamente baianos.

Sob o cetro de S. Cosme e S. Damião. Numa casa de subúrbio encontramos uma fuzarca no seu auge. A roda, no meio da sala, pinoteava erguidos em mãos grossas e nervosas. E toda essa agitação vivia, movitava-se, agitava-se suava e sorria, sob o cetro supremo de S. Cosme e S. Damião, suspensos num pedestal, feito de caixões forrados de papel de seda, verdes, vermelhos, azuis de todas as cores.

A alusão ao batuque, à rebeldia das festas, à roda e ao subúrbio, indicava, mais que o relato proposto pelo jornal, a permanência de elementos da tradição popular nas periferias e a dificuldade em se disciplinar os espaços fora do centro. Todavia, ao ser exposto pelo periódico, os festejos de setembro serviam como exemplo daquilo que deveria ser evitado, pois eram a expressão do atraso e do incivilizado, afinal, nomeado como elemento afro-brasileiro, restringia-se, segundo o jornal, a determinados sujeitos,

aqueles de “mãos grossas”; e a lugares específicos da sociedade, a periferia. Para mais, esclarecemos que o exercício do papel de porta-voz de uma nova ordem social não impossibilitou ao dirigente do jornal difundir e implementar suas ideias e críticas políticas e religiosas. Ao contrário, tornou-se o meio mais propício para a disseminação dos seus pontos de vista, onde podemos elencar a campanha difundida contra Getúlio Vargas e os queremistas; em contrapartida, a exaltação da candidatura de Eduardo Gomes e aos feitos políticos de Juracy Magalhães, ambos apoiados pelo Arnold Silva, que ao longo de oito meses, de abril a novembro de 1945, foram objeto de vários artigos e notas publicados na primeira página do semanário. Além da política, o pároco da Igreja da Matriz, Amílcar Marques, tornou-se alvo de artigos que censuravam suas atitudes enquanto religioso, por exemplo: desmerecer a festa de Santana ao longo do seu apostolado, contendas com as filarmônicas locais, com a polícia, e tensões entre o padre e alguns cidadãos, como a que expomos a seguir (Folha do Norte, 1945, p. 4):

Delegacia de Polícia

À Delegacia da Polícia foi apresentada, com assinatura dos prejudicados, a seguinte queixa:

-Ilmo Snr. Cel. Delegado de Polícia deste município.

Augusto Araujo, José Alves, Adriano Oliveira, Argemiro Souza e Armenio da Silva Pimentel, cidadãos brasileiros, maiores, lavradores, pessoas pobres, residentes nesta cidade à antiga rua do A.B.C. vem perante V.S. apresentar a queixa contra o vigário Amilcar Marques, pelo fato que passam a expor:

O responsável cônego se diz dono ou arrendatário de uma chácara, na aludida rua, da qual os queixosos são vizinhos. Transformou o pomar ou vivenda, bem no coração desta cidade, numa sua fazendinha, com suas vacas de leite, seus jegues, burros e outros animais famintos.

Acontece, sr. Delegado, que o vigário Amilcar, de longa data vem atormentando a tranquilidade da vizinhança adotando o lema “Deus para si e o diabo para os outros” deixando as cercas da chácara no chão, sem a mínima segurança para os seus animais de sorte que estes pobres irracionais menos culpados que o vigário, vêm danificando a lavoura dos queixosos, acarretando sérios prejuízos.

Essas questões indicavam o “didatismo” do impresso para com a população. Era preciso convencer seus leitores e os habitantes da cidade para a implantação da ordem cidadina desejada. Na triagem das notícias e publicações, solidificavam-se as ideias a serem disseminadas, manipulando os interesses de tal maneira que era legítimo interferir na vida social. A imprensa estabelecia uma representação de momentos da realidade, que era objeto final dos seus intuitos discursivos: propagar e solidificar a cidade feirense ordenada, culta, próspera e instruída. Fora o hebdomadário, serão as fotografias urbanas, o outro instrumento de difusão dos atuais padrões de cidade, para a Feira de Santana da década de 1940.

3 A presentificação de uma cidade progresso

As fotografias urbanas se apresentaram como fonte de pesquisa a partir do momento em que, como registro das cenas do cotidiano citadino, criaram realidades, dando testemunhos do que estava sendo erigido como expressão visual documental e estética da cidade. A composição de um álbum fotográfico urbano, ao expressar em suas capturas o ideal da cidade moderna e civilizada, ressaltava no plano concreto e visual as ações e

práticas sociais advindas dos discursos de modernidade propagado pela imprensa.

Em relação ao acervo de fotografias utilizadas por nós, são parte do arquivo iconográfico do Museu Casa do Sertão (MCS/ CENEF), não sendo localizado o nome do autor das capturas fotográficas. De todo modo, correspondem ao período da década de 1940, e foram analisadas em sequência com as notícias jornalísticas para evidenciar a representação imagética desse período histórico com suas mudanças urbanas e sociais, bem como, a invisibilidade dos segmentos populares tidos como inadequados ao progresso e a maximização das estruturas arquitetônicas desejáveis que transpareciam o projeto ideológico elitista com o qual o álbum urbano dialogava.

Posto isto, atentemos para as imagens a seguir.

Figura 1: Avenida Senhor dos Passos.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 2: Avenida Senhor dos Passos.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 3: Avenida Getúlio Vargas e ao lado direito o Mercado Municipal.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Os registros fotográficos acima mostram as duas principais avenidas da cidade de Feira de Santana da década de 1940: a Senhor dos Passos e a Getúlio Vargas, a exibir ruas largas e retas, higienizadas, com elementos indicativos dos ares modernos, como automóveis, casas de belas arquiteturas, iluminação, arborização e ordenação dos espaços. Observemos que, na Figura 3, há animais, mas, estão devidamente amarrados, e ao que tudo indica, sendo utilizados como meio de transporte. O conjunto das três imagens nos transmite a civilidade pretendida para o espaço da urbe, num composto de significados a criar a dimensão histórica da cidade. Se ponderarmos pela captação da configuração urbana como instrumento de memória, entendemos os recursos imagéticos como filtros da realidade. Neles, retira-se o que incomoda, o destoante. Em seu lugar, seletivamente, apagam-se os vestígios do passado, o impregnando de novos sentidos e definições. As imagens apontam para os melhoramentos urbanos e para a existência de um cotidiano delineado pela cordialidade e bom convívio entre seus habitantes. A ausência dos sujeitos indesejados e do trânsito confuso nos relembram, de acordo com Tânia Vicente (1998, p. 147), que as imagens são formas materiais de um dado tempo e espaço, que apresentam em sua composição os objetivos e motivos daqueles que intencionaram sua existência, sendo “[...] possuidoras de dois espaços determinantes para sua percepção: o olhar de quem a produz, ou do autor, e o outro de quem a recebe [...]”. Neste caso, a memória fotográfica feirense (Rocha, 2018, p. 67) visava

[...] atestar as inovações urbanas que a administração pública vinha empreendendo e, simultaneamente, produziam uma leitura da urbe marcada para a modernização, convergindo para as normas arquitetônicas estabelecidas no *Código de Postura* e que colocava o crescimento da urbe sob o controle dos administradores públicos e seus colaboradores, através de políticas e cláusulas que visavam ordenar os espaços e as condutas sociais [...].

Em suas cenas, despontavam os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais (Figura 3). As vestimentas dos homens e mulheres indicavam seguir um

determinado padrão urbano, assim como a presença feminina no espaço da rua, devidamente acompanhada da figura masculina, o que indica a ideia de conformação entre sujeito e as regras sociais do ambiente urbano. Mas e quanto à feira livre das segundas-feiras, como ela foi apropriada pela fotografia de forma a não destoar da organização espacial imposta pela política de urbanização? Examinemos as imagens abaixo.

Figura 4: Feira livre nas proximidades do Mercado Municipal.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 5: Feira livre próximo ao Mercado Municipal.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

As Figuras 4 e 5 apresentam uma feira livre remodelada. Retirada da Avenida Senhor dos Passos e recolocada próximo da sede do poder municipal, exibia a aglomeração de seus sujeitos, os feirantes e os consumidores migrantes de outras localidades, as gentes da terra, as barracas de venda de mercadorias e alimentação. A sua restrição a um espaço urbano menor nos possibilita pensar em práticas de medidas de controle desse comércio ambulante e de rua. Recobrando as publicações do jornal *Folha do Norte*, é justamente nesse perímetro urbano que ocorrem com frequência os furtos e a incômoda presença dos “vadios”, menores de rua e mendigos. De acordo com a nota policial de 4 de agosto de 1945, de autoria de Alvaro Barbosa, publicada no *Folha do Norte*, na seção de ocorrências policiais, lê-se:

É preciso que o Sr. Delegado de polícia tome medidas urgentes contra os capitães de areia e mendigos ambulantes, que enchem as portas do Mercado Municipal, a dizerem palavrões e cometerem toda a sorte de atentados contra as famílias que passam, perturbando assim a ordem pública, e prejudicando as casas comerciais.

Portanto, apesar de as fotografias espelharem certa ordenação nessa aglomeração do comércio da feira livre, o que os registros policiais revelavam na prática eram a desordem e as tentativas de contê-la, restringindo o que destoava dos objetivos da modernidade. Independentemente de suas motivações, tais registros se constituem como uma das poucas evidências dos sujeitos e práticas populares dissonantes. Para além dessas cenas urbanas, ainda podemos destacar as imagens a seguir (Figuras 6 a 10), com capturas do Paço Municipal, do prédio da empresa de Correios e telégrafos, do Cine Santana, do prédio Ginásial da Escola Normal, da arquitetura de casas em alinhamento com os padrões exigidos para edificações e das filarmônicas; que realçavam o crescimento e modernização do contexto urbano.

Figura 6: Paço Municipal.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 7: Prédio dos Correios e Telégrafos.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 8: Cine Santana.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 9: Escola Normal.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Figura 10: Casa com arquitetura adequada para o período citadino.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

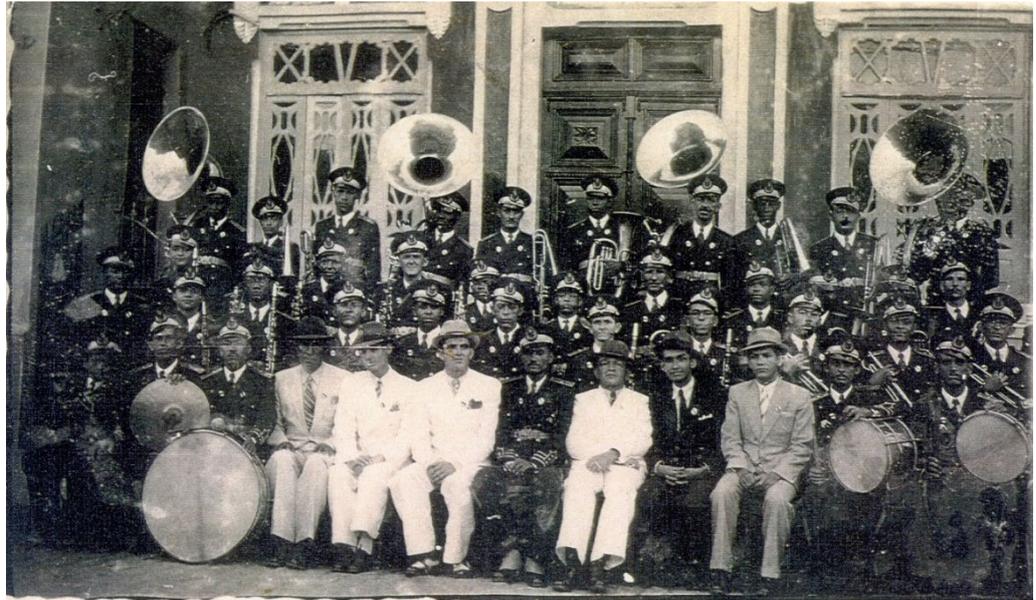
A contemplação das imagens acima – em específico, o prédio dos Correios e Telégrafos, o Cine Santana, a Escola Normal e a casa de arquitetura harmônica com o espaço urbano, projetado para a Feira de Santana da década de 1940 – nos faz retomar a materialidade visível, termo utilizado por Sandra Pesavento (2007, p. 14) e a sensação de estar em presença do fenômeno urbano. As fotografias revelam a captação de uma vida urbana determinada por belas edificações, por ruas limpas e, no caso do espaço feirense, sujeitos ausentes ou em números inexpressivos. Ao reduzir o indivíduo, potencializam a importância das formas, o conforto e beleza presente no progresso. Observemos que, na retratação dessa urbanidade, o que é merecedor de ser captado pelo olhar lançado na cidade interliga-se à evidência do avanço na comunicação, escrita e audiovisual, e na instrução escolar. Na produção de sentidos, a imagem constitui um discurso. A paisagem citadina focalizada pelo fotógrafo, ao elaborar sua produção imagética, se revela enquanto parte integrante e compositora de uma ideologia que produz percepções urbanas, condizentes com o testemunho que se quer instituir como expressão imagética desse período.

A abordagem da construção visual enquanto um discurso nos redireciona às esferas de poder e às reflexões de Pierre Bourdieu, como interpretado por Solange Lima e Vânia Carvalho (2009, p. 43). Para as autoras:

Vemos o foco sobre a natureza da fotografia deslocar-se da relação entre referente e imagem (da ideia de representação como presentificação do ausente) para os mecanismos socialmente estruturados de produção de sentidos. Para Pierre Bourdieu [...], as práticas fotográficas devem ser entendidas dentro de um campo de forças, em que cada indivíduo ou grupo se posiciona e, a partir deste lugar, apropria-se da fotografia como um marcador social (construção de identidades, exclusões, aspirações, *status* etc.).

Logo, a casa de arquitetura “adequada” (Figura 10) representa o *status* social que se deseja ostentar, a reprodução das ideias materializada nas formas concretas e na apreensão de elementos que remetem ao moderno, como a iluminação pública, as ruas e calçadas largas e a uma nova concepção e apreensão da cidade.

Figura 11: Filarmônica 25 de Março.



Fonte: Acervo do MCS/ CENEF.

Em relação às filarmônicas, enfatizamos a sua importância nesse processo de sociabilidade dos grupos sociais, enfocando o destaque que era dado, no jornal (*Folha do Norte*, 1945, p. 1), as suas festividades, como as comemorações de *réveillon*, expressão da elegância e sofisticação presentes nas “[...] famílias que ornamentavam os salões com o lindo matiz de suas vestes e polidez de seus gestos. Nas mesas, garrafas de champagne se erguiam orgulhosas, mostrando a soberania e a opulência de uma gente satisfeita [...]”. A apreciação, tanto das mais diversas publicações do semanário feirense, quanto da representação urbana tecida através das imagens referentes a década de 1940, revelam-nos a funcionalidade desses meios de comunicação impressa e visual, no processo de urbanização do século XX, ou seja, foram empregados como dispositivos de normatização e elaboração do social, a exaltar os elementos urbanos capazes de atrair para o cotidiano da cidade e dos seus entes sociais, a civilidade e o bem viver.

Conclusão

Ao longo do estudo, identificamos a partir dos noticiários e fotografias que a transição da cidade de perfil rural para a cidade do mercadejar não conseguiu consolidar uma unicidade de sua urbanidade. A identidade elaborada para a Feira de Santana demonstrou ser dual. Por mais que se avançasse nas práticas de combate ao que afrontava o padrão do viver urbano almejado, através do uso do amedrontamento ou da ação policial, submergia uma identidade ora comercial, ora da feira livre e de seus elementos (caracterizados pelos ambulantes, migrantes, populares) que recordavam a todo momento, a existência de um outro. A urbe se apresentou e se apresenta como heterogênea, a delatar em sua efervescência, as diferenças e múltiplas vivências que compõem seu cotidiano.

Ao invés do caminhar tranquilo pela área citadina, as fontes históricas e, principalmente, as notícias do jornal *Folha do Norte*, manifestavam os barulhos advindos do trânsito desordenado, da mendicância a crescer arrebatando, sobretudo, os menores abandonados, destinando-os ao furto; dos ambulantes a escancarar o trabalho informal, das jogatinas e do crescimento da prostituição visto como traços ilegais da

modernização; da condenação e perseguição dos cultos religiosos africanos. Ainda por meio dessas análises, apreendemos a criação de discursos legitimadores do ideal que se buscava alcançar para a cidade. Por intermédio da imprensa local conjunto aos registros fotográficos e das novas práticas culturais, assinaladas pela influência do estrangeirismo, validaram-se as representações baseadas no progressismo da urbe, na visibilidade e invisibilidade. Os dramas cotidianos, a repressão nas ruas, o cuidado com o sujeito da periferia continuaria a existir, mas seriam constantemente ora captados como o maldito, o proibido e, portanto, próprio das notícias policiais, ora emudecidos e negados pela convivência e silêncio dos jornais e imagens urbanas. Ao legitimarem o ideal de cidade, e conseqüentemente, as idealizações sociais concretizavam o projeto de urbanidade defendido por uma elite em ascensão.

Ao final, a junção dos jornais com as imagens fotográficas fora essencial para a percepção das convenções socioculturais atuantes no período da década de 1940, e para a identificação de um ideário que legitimava e selecionava o que desejava erigir como expressão do real. Ao encerrar, ressaltamos que juntas revelaram a variedade de possibilidades de se identificar a cidade, e salientaram uma das questões primordiais desta pesquisa: a articulação entre a recriação da urbe e o lugar social do sujeito que a observa.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. Entrevista com Roger Chartier. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 3-11, jan./ dez. 1995. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/232>. Acesso em: 16 mar. 2024. Acesso em: 16 mar. 2024.
- CRUZ, Magno de Oliveira. **“Em prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja”**: ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana - Bahia no jornal Folha do Norte (1909-1940). 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/442>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano, 1: artes de fazer**. 17. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011
- FERREIRA, Antônio Moreira. **A Feira na década de 30**. Feira de Santana: Mendes Costa Editora Gráfica Ltda., 2004.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 20 de dezembro de 1943, p. 1.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 14 de julho de 1944.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 18 de novembro de 1944, p. 1.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 4 de janeiro de 1945, n. 1852, p. 1.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 13 de janeiro de 1945, p. 3.
- FOLHA do Norte. Feira de Santana, 20 de janeiro de 1945, p. 2.

FOLHA do Norte. Feira de Santana, 17 de fevereiro de 1945.

FOLHA do Norte. Feira de Santana, 15 de março de 1945, p.3

FOLHA do Norte. Feira de Santana, 21 de julho de 1945, p. 1.

FOLHA do Norte. Feira de Santana, 8 de agosto de 1945, n. 1883.

FOLHA do Norte. Feira de Santana, 17 de novembro de 1945, p. 4.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De luzes e becros: cartografias, itinerários e imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960).** 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/200>. Acesso em: 16 mar. 2024.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-60.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. [Fontes impressas]. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960).** 2008. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7050>. Acesso em: 16 mar. 2024.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana.** 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960.** Salvador: EDUFBA, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./ jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PINTO, Raymundo Antônio Carneiro. **Pequena história de Feira de Santana.** [Feira de Santana]: Fundação Senhor dos Passos, 2011.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Moderna, mas honrada: Modernidade e honra sexual em Feira de Santa (1940-1960).** Salvador: Sagga, 2018.

SANT’ANNA, Maria Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970.** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4593>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833- 1937).** 2000. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal

Nascimento, M. S. O.
A escrita jornalística, as imagens fotográficas e a presentificação de uma cidade progresso.

da Bahia, Salvador, 2000.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11-25.

SOUZA, Tatiane de Santana. **Vestuário e aparência**: distinção social em Feira de Santana (1950-1960). 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31925>. Acesso em: 16 mar. 2024.

VICENTE, Tania Aparecida de Souza. **Metodologia da análise de imagens**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1998.